



Um convite ao autocuidado

A Campanha Janeiro Branco surgiu em 2014 para priorizar a saúde mental. O mês simboliza o recomeço, enquanto o movimento busca sensibilizar sobre o impacto das emoções no cotidiano e a necessidade de políticas públicas que garantam cuidado psicológico.

Dados da OMS (Organização Mundial da Saúde) mostram o Brasil liderando o ranking de transtornos de ansiedade, afetando 9,3% da população, enquanto a depressão atinge 5,8%.

Estes números são reflexo de um sistema que negligencia o bem-estar coletivo. Segundo o IBGE, apenas 15% dos municípios brasileiros possuem CAPS (Centros de Atenção Psicossocial), deixando milhões sem assistência adequada. Além disso, a pandemia intensificou o sofrimento emocional, com aumento de 25% nos casos de transtornos mentais, segundo re-



latório da OMS. O estigma, associado à desigualdade no acesso à saúde, impede que muitos busquem ajuda.

Procurar apoio é crucial. UBS (Unidades Básicas de Saúde) oferecem encaminhamento para atendimento especializado e o CVV (Centro de Valorização da Vida) disponibiliza suporte emocional gratuito pelo telefone 188. Garantir saúde mental para todos é um desafio coletivo que exige mobilização, investimento público e combate ao preconceito, criando uma sociedade mais inclusiva.

Mais uma vitória dos trabalhadores

Com a sanção, na quinta-feira 16/1, do Projeto de Lei 68/2024 da reforma tributária, a isenção para as entidades fechadas de Previdência Complementar e planos de saúde de autogestão – como a Cassi, Previ, Funcef e o Saúde Caixa – está garantida. Assim, o pedido feito pelo movimento sindical ao Governo foi atendido.

Se os fundos de pensão e planos de saúde fossem tributados, os trabalhadores seriam gravemente prejudicados, a exemplo da redu-

ção de até 14% nos benefícios dos aposentados e o risco na sustentabilidade da assistência médica.

Importante lembrar que as entidades representativas junto aos empregados promoveram intensos debates e diálogos técnicos com o Governo e o Congresso Nacional para reforçar os impactos negativos da mudança. Agora, o movimento sindical segue empenhado na construção de um sistema previdenciário e de saúde mais justos e acessíveis para todos.

Contraf-CUT entra na justiça contra a Cassi

Sem alternativa, já que a Cassi não quer negociar e existe a possibilidade de a cobrança automática deixar os associados inadimplentes, o movimento sindical através da Contraf (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro) entrou na Justiça para pedir a suspensão imediata dos recolhimentos feitos aos funcionários do BB.

A expectativa é de que o débito seja suspenso o mais rápido possível. Em outros ofícios encaminhados ao BB, além de reivindicar o fim da cobrança, a representação dos funcionários pediu a abertura de negociação com a direção do banco para buscar solução sobre o assunto.

Os bancários devem ficar atentos. A orientação é de que não seja feita nenhuma adesão a proposta da Cassi durante o andamento do processo judicial. Já aqueles que aderiram, a recomendação é procurar a Cassi para cancelar. As cobranças são referentes a valores recebidos em ações trabalhistas e acordos fechados em CCV ou CCP.

Isenção do IR até 5 mil

Prioridade do governo Lula neste ano, o aumento da faixa de isenção do imposto de renda – para até R\$ 5 mil – é também muito aguardado pelos brasileiros. A maioria aprova a medida, que se passar pelo Congresso Nacional deve entrar em vigor já em 2026. Quase 70% da população é favorável a dispensa do IR para quem ganha até R\$ 5 mil mensais, aponta pesquisa do Instituto Paraná Pesquisas. Outros 23,2% são contrários e 9,8% não souberam ou não opinaram.

Concentração de renda

A nocividade do projeto ultraliberal de Trump, Milei, Bolsonaro e outros fica evidente no relatório da Oxfam, que denuncia o aumento global da concentração de renda. Em 2024, 204 novos bilionários surgiram no mundo, enquanto 1,1 bilhão de pessoas enfrentavam a pobreza em diversos níveis. Os números revelam que os bilionários enriqueceram a um ritmo três vezes maior do que em 2023, acumulando fortunas diárias que ultrapassam US\$ 2 milhões por pessoa. No Brasil, a desigualdade se reflete na convivência entre milhões, que enfrentam a fome, e uma elite de menos de 100 pessoas que detêm mais de R\$ 146 bilhões.

Outra farsa do capital

Vendido como uma forma de modernizar as relações de trabalho, o contrato intermitente, aprovado na famigerada reforma trabalhista do governo Temer, na verdade jogou o trabalhador em um mar de incertezas. Sem emprego formal nem renda certa. Em 2023, 76% destes vínculos tiveram remuneração mensal inferior ao salário mínimo ou não tiveram pagamento. De acordo com o Dieese, a remuneração mensal média dos intermitentes foi de R\$ 762,00, ou seja, 58% do salário mínimo, que em 2023 era de R\$ 1.320,00. Entre mulheres e jovens, o valor foi ainda mais rebaixado, de R\$ 661,00.